

**WLADIMIR NOVAES MARTINEZ**

**DIREITO  
ELEMENTAR  
DOS PRESOS**

**LT<sup>®</sup>  
R**

## SUMÁRIO

À Guisa de Introdução .....	19
Capítulo 1. DEFINIÇÕES MÍNIMAS.....	21
1.1. Suspeito de ilicitude .....	21
1.2. Investigado pela polícia.....	21
1.3. Intimado pela autoridade .....	21
1.4. Detido na Delegacia.....	22
1.5. Indiciado pelo promotor .....	22
1.6. Denunciado pelo juiz .....	22
1.7. Afiançado garantido .....	22
1.8. Julgado pelo crime .....	22
1.9. Sentenciado no processo .....	22
1.10. Apenado na prisão.....	22
Capítulo 2. QUESTIÚNCULAS VERNACULARES.....	23
2.1. Suspeito e acusado .....	23
2.2. Indiciado e denunciado .....	23
2.3. Preso ou presidiário.....	24
2.4. Sentenciado e apenado .....	24
2.5. Detento e recluso.....	24
2.6. Réu e apenado .....	24
2.7. Preso e retido.....	24
2.8. Delinquente e homicida .....	25
2.9. Tentativa e consumação.....	25
2.10. Contravenção penal e crime.....	25
Capítulo 3. RELAÇÃO COM O ESTADO .....	26
3.1. Vínculo próprio.....	26
3.2. Custódia pessoal.....	26
3.3. Prisão domiciliar .....	26
3.4. Regime semiaberto .....	26
3.5. Responsabilidade estatal.....	27
3.6. Reingresso na sociedade.....	27
3.7. Segurança física .....	27

3.8. Transporte urbano .....	27
3.9. Tentativa ou evasão do presídio .....	27
3.10. Ação regressiva .....	28
Capítulo 4. PRETENSÕES FUNDAMENTAIS .....	29
4.1. Garantias fundamentais.....	29
4.2. Direitos políticos .....	31
4.3. Direitos civis.....	32
4.4. Meios de comunicação .....	32
4.5. Assistência individual.....	33
4.6. Trabalho do educando .....	33
4.7. Previdência social.....	34
4.8. Afetação da pena .....	34
4.9. Soltura e reabilitação .....	35
4.10. Condições carcerárias.....	35
Capítulo 5. ESPECTRO DELITIVO .....	36
5.1. Acontecimentos leves.....	36
5.2. Ocorrências graves .....	36
5.3. Infrações administrativas .....	36
5.4. Infração prisional .....	37
5.5. Agressão desportiva.....	37
5.6. Tentativa delituosa.....	37
5.7. Crime consumado .....	37
5.8. Colarinho branco .....	37
5.9. Crimes hediondos .....	38
5.10. Prática de genocídio .....	38
Capítulo 6. SISTEMA CARCERÁRIO .....	39
6.1. Delegacia de Polícia.....	39
6.2. Cadeia Pública.....	40
6.3. Casa de Detenção .....	40
6.4. Presídio e penitenciária .....	40
6.5. Colônia Agrícola.....	41
6.6. Casa do Albergado.....	41
6.7. Estabelecimento hospitalar .....	41
6.8. Celas especiais.....	42
6.9. Cárcere privado .....	42
6.10. Prisão domiciliar .....	42
Capítulo 7. TIPOS DE PRISÃO .....	43
7.1. Prisão simples.....	43
7.2. Flagrante delito .....	44

7.3. Prisão preventiva .....	44
7.4. Prisão temporária .....	44
7.5. Prisão provisória.....	44
7.6. Prisão domiciliar .....	45
7.7. Prisão civil.....	45
7.8. Prisão ilegal .....	45
7.9. Condução à polícia.....	45
7.10. Prisões especiais .....	45
Capítulo 8. DINÂMICA DA DETENÇÃO.....	46
8.1. Voz de prisão .....	46
8.2. Resistência à prisão .....	47
8.3. Desacato à autoridade .....	47
8.4. Encapuzamento do suspeito.....	48
8.5. Silêncio do suspeito.....	48
8.6. Impressão digital .....	48
8.7. Identificação policial .....	48
8.8. Fotografias de procurados.....	48
8.9. Prêmio pela captura .....	49
8.10. Uso de telefone.....	49
Capítulo 9. HIPÓTESES DE RETENÇÃO.....	50
9.1. Residência familiar .....	50
9.2. Polícia Rodoviária .....	50
9.3. Portos e aeroportos.....	50
9.4. Estabelecimentos escolares.....	51
9.5. Instituições hospitalares.....	51
9.6. Lojas de departamentos.....	51
9.7. Estádios desportivos.....	51
9.8. Retenção de estrangeiros .....	51
9.9. Canteiro de obras .....	52
9.10. Necessidade de identificação.....	52
Capítulo 10. CONFIGURAÇÃO DA SENTENÇA .....	53
10.1. Privação da liberdade .....	53
10.2. Detenção e reclusão.....	53
10.3. Pena alternativa.....	53
10.4. Duração da pena.....	54
10.5. Liberdade condicional.....	54
10.6. Comutação da punição.....	54
10.7. <i>Reformatio in pejus</i> .....	54
10.8. Restrição de movimentos .....	54

10.9. Medida de segurança .....	54
10.10. <i>Abolitio criminis</i> .....	54
Capítulo 11. REMIÇÃO DA PENA .....	55
11.1. Conceito básico .....	55
11.2. Pessoas beneficiadas .....	55
11.3. Cálculo dos dias .....	55
11.4. Definição de jornada .....	55
11.5. Tipo de trabalho .....	56
11.6. Perda do direito .....	56
11.7. Validade da educação .....	56
11.8. Cômputo do tempo remido .....	57
11.9. Controle do remido .....	57
11.10. Retroação da norma.....	57
Capítulo 12. PRESCRIÇÃO DA SANÇÃO .....	58
12.1. Extinção da punibilidade .....	58
12.2. Prazos prescricionais .....	58
12.3. Redução dos prazos.....	59
12.4. Penas restritivas.....	59
12.5. Termo inicial.....	59
12.6. Termo após a sentença.....	60
12.7. Evasão do preso .....	60
12.8. Causas impeditivas.....	60
12.9. Causas interruptivas.....	60
12.10. Contravenção penal.....	61
Capítulo 13. RESTRIÇÃO DE DIREITOS .....	62
13.1. Conceito mínimo .....	62
13.2. Condições básicas.....	62
13.3. Limitações previstas .....	62
13.4. Valor pecuniário .....	63
13.5. Perda de bens e valores.....	63
13.6. Prestação de serviços.....	63
13.7. Interdição temporária de direitos.....	63
13.8. Limitações no fim de semana .....	64
13.9. Modificação da pena.....	64
13.10. Independência das punições .....	64
Capítulo 14. PROGRESSIVIDADE E REGRESSIVIDADE .....	65
14.1. Mudança do regime.....	65
14.2. Progressão da pena .....	65
14.3. Condições mínimas.....	66

14.4. Regime fechado .....	66
14.5. Regime semiaberto .....	66
14.6. Regime aberto.....	66
14.7. Regressão da pena .....	66
14.8. Extensão aos corréus.....	66
14.9. Cumulação de regimes .....	67
14.10. Crimes hediondos .....	67
Capítulo 15. CONCESSÃO DA FIANÇA .....	68
15.1. Soltura sem depósito .....	68
15.2. Hipóteses de cabimento .....	69
15.3. Recurso da negativa.....	69
15.4. Casos de inafiançabilidade .....	69
15.5. Valor do pagamento.....	70
15.6. Obrigações do beneficiado .....	70
15.7. Termo de Fiança .....	70
15.8. Tempo da concessão .....	71
15.9. Devolução do montante .....	71
15.10. Quebra da fiança .....	71
Capítulo 16. MEDIDAS DE SEGURANÇA .....	72
16.1. Conceito básico .....	72
16.2. Noção de inimputabilidade .....	72
16.3. Concepção de periculosidade.....	73
16.4. Pressupostos legais.....	73
16.5. Duração da restrição.....	73
16.6. Desinternação e reinternação .....	74
16.7. Executor da medida.....	74
16.8. Principais tipos.....	74
16.9. Ordem de internação.....	74
16.10. Cessação da periculosidade.....	75
Capítulo 17. PRINCIPAIS RECURSOS.....	76
17.1. Sentido Estrito.....	76
17.2. Recurso de Apelação .....	76
17.3. Protesto por novo júri .....	77
17.4. Embargos Declaratórios .....	77
17.5. Agravo de Instrumento .....	77
17.6. Revisão Criminal.....	77
17.7. Recurso de Despacho .....	78
17.8. Recurso de Pronúncia.....	78
17.9. Habeas corpus .....	78
17.10. Mandado de segurança.....	78

Capítulo 18. REABILITAÇÃO MORAL.....	79
18.1. Idealização mínima.....	79
18.2. Alcance da providência .....	79
18.3. Iniciativa processual.....	80
18.4. Reedição da concessão .....	80
18.5. Condições administrativas .....	80
18.6. Documentos necessários .....	80
18.7. Prazo para o requerimento .....	80
18.8. Diligências judiciais .....	81
18.9. Revogação da medida .....	81
18.10. Consectários práticos .....	81
Capítulo 19. VISITAS FAMILIARES.....	82
19.1. Classificação didática .....	82
19.2. Número de pessoas.....	82
19.3. Revista do visitante.....	83
19.4. Exame dos bens de consumo .....	83
19.5. Pessoas com prioridades .....	83
19.6. Natureza da visita íntima.....	83
19.7. Documento hábil.....	83
19.8. Periodicidade do encontro .....	83
19.9. Condições mínimas.....	83
19.10. Visitas homossexuais.....	84
Capítulo 20. PRIMARIEDADE DO RÉU.....	85
20.1. Conceito básico .....	85
20.2. Visão doutrinária .....	85
20.3. Definição de reincidência .....	86
20.4. Reincidência específica.....	86
20.5. Reincidência genérica.....	86
20.6. Prazo da reincidência .....	87
20.7. Natureza da primariedade .....	87
20.8. Maus antecedentes .....	87
20.9. Gravidade do crime .....	87
20.10. Consequências formais.....	87
Capítulo 21. DEVERES DO PRESIDÁRIO.....	88
21.1. Autoridade penitenciária.....	88
21.2. Índole pessoal.....	88
21.3. Segurança própria e de terceiros .....	89
21.4. Circulação e movimentação .....	90
21.5. Desenvolvimento da cultura .....	90

21.6. Atividades escolares.....	90
21.7. Práticas desportivas.....	90
21.8. Empenho laboral.....	90
21.9. Cultos religiosos.....	90
21.10. Participação geral.....	90
Capítulo 22. MINORIAS DISTINGUIDAS.....	91
22.1. Pessoas idosas.....	91
22.2. Portadores de deficiência.....	91
22.3. Indígena não aculturado.....	91
22.4. Mulheres sentenciadas.....	91
22.5. Crimes hediondos.....	92
22.6. Jurados de morte.....	92
22.7. Menores de idade.....	92
22.8. Apenados doentes.....	92
22.9. Débeis mentais.....	92
22.10. Situação dos homossexuais.....	92
Capítulo 23. MENORES DE IDADE.....	93
23.1. Conceito de menor.....	93
23.2. Medidas socioeducativas.....	93
23.3. Advertência verbal.....	93
23.4. Reparação do dano.....	94
23.5. Prestação de serviços.....	94
23.6. Liberdade assistida.....	94
23.7. Regime de semiliberdade.....	94
23.8. Internação hospitalar.....	94
23.9. Remição da pena.....	95
23.10. Direitos dos adolescentes.....	95
Capítulo 24. DEPOIMENTO A DISTÂNCIA.....	96
24.1. Ciência prévia.....	96
24.2. Acompanhamento pessoal.....	96
24.3. Entrevista com o defensor.....	96
24.4. Depoimento testemunhal.....	96
24.5. Posicionamento doutrinário.....	96
24.6. Posição da OAB.....	97
24.7. Posição de juízes e tribunais.....	97
24.8. Direito de recusa.....	97
24.9. Interrogatório em juízo.....	97
24.10. Deslocamento do magistrado.....	97



Capítulo 25. MOVIMENTAÇÃO DE APENADOS .....	98
25.1. Inclusão e exclusão .....	98
25.2. Tratamento médico.....	98
25.3. Indulto de Natal .....	99
25.4. Trabalho externo .....	99
25.5. Visitas sociais.....	99
25.6. Duração da saída .....	99
25.7. Condições gerais .....	99
25.8. Saídas autorizadas .....	100
25.9. Mudança de residência.....	100
25.10. Deslocamento coletivo .....	100
Capítulo 26. MEIOS DE TRANSPORTE .....	101
26.1. Obrigações processuais .....	101
26.2. Internação hospitalar.....	101
26.3. Proteção às testemunhas .....	102
26.4. Troca de presídio .....	102
26.5. Locomoção laboral .....	102
26.6. Qualidade do veículo .....	102
26.7. Menores de idade .....	103
26.8. Recaptura de evadido .....	103
26.9. Mudança de Estado .....	103
26.10. Transferência para o exterior.....	103
Capítulo 27. CLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA .....	104
27.1. Controle administrativo .....	104
27.2. Enquadramento técnico .....	105
27.3. Conceito de ótimo.....	105
27.4. Boa conduta.....	105
27.5. Comportamento regular.....	106
27.6. Mau procedimento .....	106
27.7. Rebaixamento da classificação .....	106
27.8. Recurso da decisão .....	106
27.9. Reabilitação do preso.....	106
27.10. Reedição da infração.....	106
Capítulo 28. DELAÇÃO PREMIADA.....	107
28.1. Noção mínima .....	107
28.2. Tipos possíveis .....	108
28.3. Campo de incidência.....	108
28.4. Princípio da proporcionalidade.....	108
28.5. Réu colaborador .....	108

28.6. Crimes alcançados.....	108
28.7. Natureza do prêmio.....	109
28.8. Inaplicabilidade nos presídios.....	109
28.9. Momento da informação.....	109
28.10. Proteção ao apenado.....	109
<b>Capítulo 29. COERÇÃO AUTORIZADA.....</b>	<b>110</b>
29.1. Tipos de ações.....	110
29.2. Condições acolhidas.....	110
29.3. Uso da coerção.....	111
29.4. Papel dos instrumentos.....	111
29.5. Armas de fogo.....	111
29.6. Meios persuasórios.....	111
29.7. Cães ferozes.....	112
29.8. Inibição das rebeliões.....	112
29.9. Maus-tratos.....	112
29.10. Uso de algemas.....	112
<b>Capítulo 30. REPRESSÃO ORDINÁRIA.....</b>	<b>115</b>
30.1. Noção de disciplina.....	115
30.2. Polos da relação.....	116
30.3. Conhecimento das normas.....	116
30.4. Direito Disciplinar.....	116
30.5. Modos de infrações.....	118
30.6. Faltas leves.....	118
30.7. Faltas médias.....	119
30.8. Faltas graves.....	119
30.9. Isolamento preventivo.....	120
30.10. Atenuantes e agravantes.....	120
<b>Capítulo 31. REGIME DIFERENCIADO.....</b>	<b>122</b>
31.1. Fonte formal.....	122
31.2. Posição doutrinária.....	122
31.3. Conceito básico.....	122
31.4. Evento determinante.....	123
31.5. Deflagrador e aplicador.....	123
31.6. Decisão judicial.....	123
31.7. Características elementares.....	123
31.8. Clientela abrangida.....	124
31.9. Possibilidade de revisão.....	124
31.10. Exaustão da culpa.....	124

Capítulo 32. PRISÕES REVOLUCIONÁRIAS.....	125
32.1. Noção de revolução.....	125
32.2. Nuanças básicas.....	126
32.3. Reconhecimento internacional.....	126
32.4. Imprescritibilidade das ações.....	126
32.5. Direito à indenização.....	126
32.6. Legitimidade da revolução.....	127
32.7. Situação dos derrotados.....	127
32.8. Garantias constitucionais.....	127
32.9. Estado de defesa.....	127
32.10. Estado de sítio.....	127
Capítulo 33. DIREITO DE FUGIR.....	128
33.1. Vontade de fugir.....	129
33.2. Fuga propriamente dita.....	129
33.3. Dever moral.....	129
33.4. Afastamentos permitidos.....	130
33.5. Prisão ilegal.....	130
33.6. Atuação do ameaçado.....	130
33.7. Abandono da internação.....	131
33.8. Desdobramentos jurídicos.....	131
33.9. Fuga ficta.....	131
33.10. Deveres dos presos.....	132
Capítulo 34. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	133
34.1. Morte do agente.....	133
34.2. Anistia penal.....	133
34.3. Graça pessoal.....	133
34.4. Indulto presidencial.....	134
34.5. Comutação da pena.....	134
34.6. Decadência do <i>jus puniendi</i> .....	134
34.7. Perempção da ação.....	134
34.8. Perdão do ofendido.....	134
34.9. Retroatividade da norma.....	134
34.10. Retratação do agente.....	135
Capítulo 35. TRABALHO DO REEDUCANDO.....	136
35.1. Direito Constitucional.....	136
35.2. Papel do labor.....	136
35.3. Natureza jurídica.....	136
35.4. Condições legais.....	137
35.5. Administração das atividades.....	137

35.6. Ambiente da realização.....	137
35.7. Tarefas executadas.....	138
35.8. Duração da jornada.....	138
35.9. Medicina do Trabalho.....	138
35.10. Principais direitos.....	139
Capítulo 36. PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	140
36.1. Filiação e inscrição.....	140
36.2. Qualidade de segurado.....	141
36.3. Benefícios por incapacidade.....	142
36.4. Aposentadorias possíveis.....	142
36.5. Salário-maternidade.....	142
36.6. Salário-família.....	143
36.7. Prestações acidentárias.....	143
36.8. Auxílio-reclusão.....	143
36.9. Previdência complementar.....	143
36.10. Seguro-desemprego.....	144
Capítulo 37. ASSISTÊNCIA PESSOAL.....	145
37.1. Assistência material.....	145
37.2. Defesa da moral.....	145
37.3. Assistência social.....	146
37.4. Acompanhamento jurídico.....	146
37.5. Educação profissional.....	146
37.6. Cultura humanística.....	146
37.7. Culto religioso.....	147
37.8. Convivência familiar.....	147
37.9. Atividades esportivas.....	147
37.10. Desenvolvimento artístico.....	147
Capítulo 38. CUIDADOS SANITÁRIOS.....	148
38.1. Direito Constitucional.....	148
38.2. Norma legal.....	148
38.3. Serviço próprio.....	148
38.4. Internações hospitalares.....	149
38.5. Autorizações para saída.....	149
38.6. Cuidados mínimos.....	149
38.7. Inspeção médica.....	149
38.8. Campanhas profiláticas.....	149
38.9. Atendimento às mulheres.....	149
38.10. Inimputáveis e semi-imputáveis.....	149

Capítulo 39. CONTRAVENÇÃO PENAL.....	150
39.1. Voluntariedade da ação .....	150
39.2. Tipos de penas.....	151
39.3. Penas acessórias.....	151
39.4. Casos de reincidência.....	151
39.5. Conversão da multa.....	152
39.6. Limite da penalização.....	152
39.7. Suspensão condicional .....	152
39.8. Presunção de periculosidade.....	152
39.9. Internação dos contraventores .....	152
39.10. Aplicação do Código Penal.....	152
Capítulo 40. REGRAS DA IMPUTABILIDADE .....	153
40.1. Desequilíbrio mental .....	153
40.2. Menores de idade .....	154
40.3. Redução da pena .....	154
40.4. Emoção e paixão .....	155
40.5. Alcoolismo voluntário.....	155
40.6. Embriaguez fortuita.....	155
40.7. Ingestão forçada .....	155
40.8. Defesa da honra.....	156
40.9. Violenta emoção .....	156
40.10. Consumo de drogas.....	157
Capítulo 41. EXCLUSÃO DA ILICITUDE .....	158
41.1. Desistência voluntária .....	158
41.2. Arrependimento eficaz .....	158
41.3. Crime impossível.....	158
41.4. Responsabilidade pelo resultado .....	159
41.5. Determinante putativa.....	159
41.6. Legítima defesa.....	159
41.7. Desconhecimento da lei .....	159
41.8. Estado de necessidade .....	160
41.9. Cumprimento do dever .....	160
41.10. Coação irresistível .....	160
Capítulo 42. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS.....	161
42.1. Absoluta legalidade .....	161
42.2. Dignidade humana .....	162
42.3. Integridade física .....	163
42.4. Inconformidade jurídica.....	163
42.5. Preservação da personalidade.....	163

42.6. Individualização da disciplina.....	164
42.7. Tratamento igualitário.....	164
42.8. Recuperação do apenado.....	164
42.9. Participação do juízo.....	165
42.10. Preexistência normativa.....	165
Capítulo 43. DANO MORAL.....	166
43.1. Breve conceito.....	166
43.2. Esfera de incidência.....	166
43.3. Sentença absolutória.....	167
43.4. Excessos pessoais.....	167
43.5. Soltura a destempo.....	167
43.6. Morosidade judicial.....	167
43.7. Inadequação do presídio.....	167
43.8. Linchamento popular.....	168
43.9. Imprescritibilidade da ação.....	168
43.10. Sujeito passivo.....	168
Capítulo 44. PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA.....	169
Capítulo 45. SIGNIFICADO DA PRISÃO.....	171
Obras do Autor.....	175
ANEXO — Regimento Interno Padrão dos Estabelecimentos Prisionais do Estado de São Paulo.....	179